

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores do

INSTITUTO MOINHO CULTURAL SUL AMERICANO

Corumbá - MS

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras do INSTITUTO MOINHO CULTURAL SUL AMERICANO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO MOINHO CULTURAL SUL AMERICANO em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Imobilizado

O saldo do custo do imobilizado em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 987.746, e a depreciação acumulada de R\$ 707.892, representando saldo líquido de R\$ 279.854. No período de 2017, a administração efetuou reestruturação e elaboração dos controles internos dos bens imobilizados. Porém, as reestruturações dos instrumentos musicais contabilizados pelos valores de custo em R\$ 788.151 e depreciação em R\$ 659.591, não foram concluídos e reavaliados no período de 2017. Portanto, os valores atualmente contabilizados dos instrumentos musicais não representam posição correta e atualizada, sendo necessário a conclusão da reestruturação nos períodos subsequentes. O detalhamento do imobilizado, está demonstrado na nota explicativa 8.

INSS a pagar

O Instituto possui até 31 de dezembro de 2017, INSS pendentes de pagamentos nos meses de agosto a dezembro de 2017, incluindo a parte descontada dos funcionários, (neste caso, a parte dos funcionários, configura apropriação indébita). O valor provisionado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 7.006, porém, não incorpora os encargos financeiros (multas, juros e correções).

Estoques

O Moinho Cultural possui estoques proveniente de itens de vestuários que são doados para realização de bazar. Porém, o saldo registrado desses estoques em 31 de dezembro de 2017, é R\$ 0,00 (zero), pois a administração não possuía documentos de suporte. Para os períodos subsequentes, será necessário efetuar inventários dos estoques, documentar os itens e elaborar controle interno de sua movimentação.

Reembolsos a receber

O saldo contábil em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 2.354. Porém, há operações antigas e pendentes do ano de 2016. Essas operações de 2016, foram parcialmente liquidadas em decorrência dos reembolsos efetuados a maior em 2017. A administração estima que a regularização total ocorrerá no período de 2018.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Imóveis

No período anterior (2016), o Instituto possuía imóveis contabilizados, conforme demonstrado na nota explicativa 8. Para o período de 2017, foram efetuadas reestruturações, conforme descrito a seguir:

- Imóveis e terrenos:

Foi zerada contabilmente em 2017, pois no ano anterior (2016), o imóvel que a Instituição possuía e recebido por doado em 2009, foi transferido para outra Instituição decorrente de um desmembramento de atividades. O saldo restante do exercício de 2016, foi a diferença entre a contabilização inicial que a Instituição tinha efetuado no referido imóvel, e o valor

que o Estado reavaliou na elaboração da escritura do bem em 2016. Essa situação, foi regularizada e ajustada no período de 2017.

- Construção em Terrenos de Terceiros:

Foi decorrente da execução de um projeto nos anos de 2011 a 2013, em que a Instituição executava também atividades ligadas a conservação da Natureza e Meio Ambiente, sendo que esses recursos foram recebidos para executar obras em um Parque Nacional do Pantanal Matogrossense. Na época a equipe contábil entendeu ser um ativo da Instituição, porém, a administração reavaliou as operações contábeis, e por não ter relação com as atividades atuais, esses saldos foram baixados do ativo no período de 2017.

- Área Rural:

Os saldos reportados no período anterior (2016), são decorrentes de aquisições nos anos de 2009 e 2011, em que a Instituição executava também atividades ligadas a conservação da Natureza e Meio Ambiente, sendo que essa operação de aquisição do direito de posse de tais áreas, não foram formalizadas em cartório de registros legais. A administração reavaliou as operações contábeis, e esses saldos foram baixados do ativo no período de 2017.

Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Em 31 de dezembro de 2017, não há saldo contábil, pois os sistemas informatizados que o Instituto possui, são decorrentes de pagamentos de mensalidades por cessão de uso e cessão gratuita por parceria de entidade do terceiro setor.

IPTU

O Instituto possui débitos a pagar de IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano, junto à Prefeitura Municipal de Corumbá. Esses débitos, são dos períodos de 2008, 2009, 2011, 2012, 2013 e 2014, pagos parcialmente. O Instituto não é proprietário do prédio que ele utilizada, porém, o acordo de cessão deste prédio pactuado com empresa privada, prevê como contrapartida da Instituição, o pagamento desse imposto (IPTU), portanto, a dívida pertence ao Instituto. Até 31 de dezembro de 2017, o débito total conforme extrato da Prefeitura Municipal de Corumbá, emitido pela Secretaria Municipal de Finanças e Gestão, é de R\$ 433.586, porém, o valor provisionado é de R\$ 296.534 (demonstrado na nota explicativa 12). Essa diferença entre provisão contábil e extrato da Secretaria de Finanças da Prefeitura, é decorrente do reconhecimento da dívida até o ano de 2014, período que o termo de cessão com essa obrigação estava vigente. Os exercícios seguintes, a administração da instituição não reconhece a obrigação.

Fornecedores a pagar

O saldo de fornecedores a pagar em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 44.992. Deste saldo, há fornecedores pendentes de pagamentos desde o ano de 2015. Os principais fornecedores pendentes de pagamentos são: Posto Nave de R\$ 3.251; Ferragens Ximenes de R\$ 3.487; Comercial Migueis Derivados de Petróleo de R\$ 2.526. Conforme a administração do Instituto, essas dívidas pendentes foram decorrentes da crise enfrentada com a redução das receitas para o exercício de 2015. Portanto, não foi possível honrar seus pagamentos em 2015 e nos exercícios posteriores, pois como a principal fonte de recursos, foram advindas de patrocínios por lei de incentivo, impossibilitou o pagamento dessas despesas. Atualmente, a administração está negociando com os fornecedores para quitar essas dívidas.

Ajustes patrimoniais

Foi contabilizado no patrimônio líquido, ajustes patrimoniais de R\$ 1.487.270, conforme demonstrado nas mutações do patrimônio líquido – página 10. Esses ajustes foram decorrentes das reestruturações dos controles internos do ativo imobilizado.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa entidade, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 – item 5 do Conselho Federal de Contabilidade.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2016

As demonstrações financeiras do INSTITUTO MOINHO CULTURAL SUL AMERICANO para o exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2016, não foram examinadas por nós e nem por outro auditor independente. Nosso relatório não abrange as demonstrações financeiras do período de 2016.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de

demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe

incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Conforme NBC TA 700 – item 40 (b) é compulsório apenas para as entidades listadas, o fornecimento também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicados de todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A descrição em nosso relatório de auditoria, dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria, conforme NBC TA 701 – item 5 é compulsório apenas as entidades listadas. As obrigatoriedades desses assuntos às entidades listadas não são aplicáveis a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de julho de 2018.



SGS Auditores Independentes
CRC 2 SP 020.277/O-5

Silvio de Jesus
CRC 1 SP 141.676/O-7

INSTITUTO MOINHO CULTURAL SUL AMERICANO

Balancos patrimoniais levantados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em Reais R\$

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	2017	2016 Não auditado
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa		-	5.776
Bancos – sem restrição	4	60	5
Bancos – com restrição	4	826.371	711.459
Aplicações financeiras – sem restrição	5	503.761	44.912
Aplicações financeiras – com restrição	5	79.230	40.397
Créditos	6	12.991	49.874
Estoques	7	-	1.000
Total do circulante		1.422.413	853.423
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos		1.381	890
Imobilizado	8	279.854	1.742.730
Intangível	9	-	389
Total do não circulante		281.235	1.744.009
TOTAL DO ATIVO		1.703.648	2.597.432

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO MOINHO CULTURAL SUL AMERICANO

Balancos patrimoniais levantados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em Reais R\$

<u>PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	2017	2016 Não auditado
CIRCULANTE			
Fornecedores de bens e serviços		14.992	134.297
Outros fornecedores a pagar	15	30.000	-
Obrigações com empregados	10	31.014	42.551
Folha de pagamentos autônomos		-	1.150
Encargos sociais	11	35.430	39.475
Obrigações tributárias	12	297.111	178.831
Contas fixas		1.521	1.637
Outras obrigações	13	950	1.806
Recursos de convênios em execução	14	26.834	2.370
Total do passivo circulante		437.852	402.117
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores a pagar	15	60.000	-
Total do passivo não circulante		60.000	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social		1.205.796	2.195.315
Total do patrimônio líquido		1.205.796	2.195.315
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.703.648	2.597.432

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO MOINHO CULTURAL SUL AMERICANO

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em Reais R\$

	Nota explicativa	2017	2016 Não auditado
RECEITAS OPERACIONAIS			
Com restrição			
Patrocínio pessoa jurídica	18	1.482.613	1.126.640
Convênios não governamentais	18	541.638	-
Convênios Governamentais	18	9.098	393.961
Rendimentos financeiros		51.118	67.177
		2.084.467	1.587.778
Sem restrição			
Receitas de Serviços Prestados		14.400	15.000
Doações Voluntárias		-	5.387
Rendimentos Financeiros		2.251	2.797
Outros Recursos Recebidos		2.387	1.008
Trabalho Voluntário	17	51.610	83.941
Doações de Pessoa Física		40.184	120.000
Doações de Pessoa Jurídica		77.352	72.380
Receita de Aluguel		6.900	7.700
Cursos e Eventos		860	7.434
		195.944	315.647
Outras receitas operacionais – sem restrição			
Trabalho Voluntário	17	7.500	2.811
Outras Receitas		55	-
Descontos obtidos		59	-
Reversão de Provisão		-	-
		7.614	2.811
Total de receitas		2.288.025	1.906.236
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal		(533.055)	(1.501.699)
Despesas gerais de assistência social		(183.494)	-
Serviços tomados		(619.896)	-
Materiais e suprimentos		(70.024)	-
Trabalho voluntário	17	(51.610)	-
		(1.458.079)	(1.501.699)
Resultado bruto		829.946	404.537
Despesas Operacionais e administrativas		(324.695)	(442.875)
Trabalho voluntário	17	(7.500)	-
Superávit (déficit) do período		497.751	(38.338)
Resultado abrangente		497.751	(38.338)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO MOINHO CULTURAL SUL AMERICANO

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em Reais R\$

	Patrimônio social	Outras reservas	Superávit (déficit)	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 – Não auditado	2.291.093	.	.	2.291.093
Superávit (déficit) do período			(38.338)	
Ajustes patrimoniais	(57.440)			(57.440)
Transferência do superávit	(38.338)		38.338	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 – Não auditado	2.195.315	-	-	2.195.315
Superávit (déficit) do período			497.751	497.751
Ajustes patrimoniais	(1.487.270)			(1.487.270)
Transferência do superávit	497.751		(497.751)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	1.205.796	-	-	1.205.796

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO MOINHO CULTURAL SUL AMERICANO

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em Reais – R\$

	2017	2016
		Não auditado
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do exercício	497.751	(38.338)
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	107.951	400.780
Doações de investimento – ativo imobilizado		
Ajustes patrimoniais	(1.487.270)	(57.440)
Redução (aumento) do ativo		
Créditos a receber	36.883	(10.725)
Estoques	1.000	-
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores de bens e serviços	(29.305)	(71.238)
Obrigações com empregados	(11.537)	(11.979)
Folha de pagamentos autônomos	(1.150)	(1.675)
Encargos sociais	(4.045)	(3.311)
Obrigações tributárias	117.289	83.925
Contas fixas	(116)	(4.664)
Outras obrigações	(856)	(2.610)
Recursos de convênio em execução	24.464	(251.435)
Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais	<u>(748.941)</u>	<u>31.290</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aumento do ativo imobilizado e intangível	1.356.204	(105.064)
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	<u>1.356.204</u>	<u>(105.064)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recebimentos de recursos de projetos em execução	-	-
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	<u>607.263</u>	<u>(73.774)</u>
Caixa e equivalentes no início do período	802.549	876.323
Caixa e equivalentes no fim do período	1.409.812	802.549
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	<u>607.263</u>	<u>(73.774)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO MOINHO CULTURAL SUL AMERICANO

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em Reais R\$

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Moinho Cultural Sul Americano é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com nova sede e foro na cidade de Corumbá – MS, na Rua Comendador Domingos Sahib, nº 300, Bairro Beira Rio, Corumbá – MS, com prazo de duração indeterminado e abrangência nacional. O Instituto tem por finalidade:

- a) Promover, apoiar, divulgar, coordenar, desenvolver, participar e executar programas, planos, projetos e atividades de relevância pública e social, em especial, as relacionadas a educação, defesa e conservação do patrimônio histórico, artístico e cultural, tradição, sócio economia, assistência social, esportes, turismo, conservação e preservação do meio ambiente e melhoria da qualidade ambiental;
- b) Promover, apoiar, divulgar, coordenar, desenvolver, participar e executar programas, planos, projetos e atividades e atividades de relevância pública e social, em especial, as relacionadas com a educação, formação, treinamento e capacitação de recursos humanos nas áreas cultural, história, tradição, sócio economia, assistência social, esporte, turismo, defesa, conservação e preservação do meio ambiente, o desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- c) Promover, apoiar, divulgar, coordenar, desenvolver e executar estudos e pesquisas nas áreas: cultural, história, turismo e meio ambiente;
- d) Promover, realizar e divulgar pesquisas e estudos, organizar documentação nas áreas da cultura, história, turismo e meio ambiente;
- e) Divulgar por quaisquer meios de informações e conhecimentos produzidos por si ou por terceiros, correlatos às suas atividades;
- f) Prestar serviços e consultoria a instituições governamentais e não governamentais, empresas públicas e privadas, pessoas físicas e jurídicas, nas áreas de planejamento e execução de atividades relacionadas com educação, cultura, história, tradição, sócio economia, assistência social, esportes, turismo, conservação e preservação do meio ambiente e melhoria da qualidade ambiental;
- g) Promover, organizar, produzir, divulgar e participar de eventos e campanhas nacionais e internacionais de apoio e conservação do patrimônio ambiental, esportes, turismo, sócio economia, assistência social, cultura e história;
- h) Defender, em juízo e fora dele, os direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos das comunidades carentes a que presta assistência e do meio ambiente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e especificamente a ITG 2002 (R1), aplicável a Entidades Sem Finalidade de Lucros e demais disposições complementares.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios.

c) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos, e outras transações. As demonstrações incluem, portanto, estimativas referentes a provisões, créditos a receber e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Disponibilidades – caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Ativo imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

Ativo Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4. BANCOS

Sem Restrição

	2017	2016
		Não auditado
Banco SICRED - 25801-6	-	5
Banco do Brasil- 63390-9	60	-
Total	60	5

Com Restrição

	2017	2016
		Não auditado
Banco do Brasil - 60842-4 - PRONAC 2016	1.371	16
Banco do Brasil - 61662-1 - FEAS	-	28
Banco do Brasil - 62483-7 - PRONAC BLOQ	-	711.415
Banco do Brasil - 64134-0	825.000	-
Total	826.371	711.459

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Sem Restrição

	2017	2016
		Não auditado
Aplic.BB - 20168-5 - PRINCIPAL	501.854	44.571
Aplic.BB - 60039-3	-	341
Aplic.BB-63390-9 - Brazil Foundation	1.907	-
Total	503.761	44.912

Com Restrição

	2017	2016
		Não auditado
Aplic.BB - 20168-5 - PRINCIPAL	-	39.137
Aplic.BB - 60039-3	-	1.260
Aplic.BB - 62484-5 - PRONAC 2017	52.396	-
Aplic.BB - 64205-3 - FEAS 009/2017	26.834	-
Total	79.230	40.397

6. FUNDO DE CUSTEIO – Sem Restrição

	2017	2016
		Não auditado
Valores a receber	3.943	41.265
Impostos e contribuições a recuperar	9.048	8.609
Total	12.991	49.874

7. Estoques

	2017	2016
		Não auditado
Produtos doados para a venda	-	1.000
Total	-	1.000

8. IMOBILIZADO

	Taxa anual Depr.	2017			2016
		Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
					Não auditado
Sem restrição					
Imóveis	5%	-	-	-	134.940
Veículos	20%	-	-	-	3.083
Máquinas e Equipamentos	10%	40.444	(3.126)	37.318	213.599
Instrumentos Musicais	10%	788.151	(659.591)	128.560	207.375
Equipamentos de Informática	25%	2.587	(647)	1.940	-
Instalações	10%	-	-	-	18.253
Embarcações	5%	12.000	(600)	11.400	6.971
Mobiliário em Geral/Eletrodomésticos	10%	2.331	(233)	2.098	60.599
Construção em Terrenos de Terceiros	%	-	-	-	652.995
Terrenos	%	-	-	-	30.000
Área Rural	%	-	-	-	270.000
		845.513	(664.196)	181.316	1.597.815
Com restrição					
Móveis e Utensílios	10%	8.628	(863)	7.765	9.315
Veículos	20%	31.548	(21.032)	10.516	16.826
Instrumentos Musicais	10%	17.669	(6.790)	10.879	10.336
Máquinas e Equipamentos	10%	40.574	(4.057)	36.517	51.866
Equipamentos de Informática	25%	43.814	(10.954)	32.860	56.572
		142.233	(43.696)	98.537	144.915
Total		987.746	(707.892)	279.854	1.742.730

Movimentação do imobilizado

	2016		2017			
	Líquido		Adições/ compras	Baixas	Depreciação	Líquido
						Não auditado
Sem restrição						
Imóveis	134.940	-	-	(134.940)	-	-
Veículos	3.083	-	-	(3.083)	-	-
Máquinas e Equipamentos	213.599	40.444	(213.599)	(3.126)	37.318	
Instrumentos Musicais	207.375	-	-	(78.815)	128.560	
Equipamentos de Informática	-	2.587	-	(646)	1.941	
Instalações	18.253	-	(18.253)	-	-	
Embarcações	6.971	12.000	(6.971)	(600)	11.400	
Mobiliário em Geral/Eletr.	60.599	2.331	(20.599)	(233)	2.098	
Constr. em T. de terceiros	652.995	-	(652.995)	-	-	
Terrenos	30.000	-	(30.000)	-	-	
Área Rural	270.000	-	(270.000)	-	-	
Com restrição						
Móveis e Utensílios	9.315	8.628	(9.315)	(863)	7.765	
Veículos	16.826	-	-	(6.310)	10.516	
Instrumentos Musicais	10.336	2.500	-	(1.957)	10.879	
Máquinas e Equipamentos	51.866	40.574	(51.586)	(4.057)	36.517	
Equipamentos de Informática	56.572	43.814	(56.572)	(10.954)	32.860	
Total	1.742.730	152.879	(1.508.193)	(107.562)	279.854	

9. INTANGÍVEL

	Taxa anual amort.	2017		2016
		Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido
Software	20%	7.780	(7.780)	-
Total		7.780	(7.780)	-

Não auditado

				389
				389

10. OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS

	2017	2016
		Não auditado
Salários a pagar	-	426
Provisão para férias	31.014	42.125
Total	31.014	42.551

11. ENCARGOS SOCIAIS

	2017	2016
		Não auditado
INSS a recolher	7.006	1.246
PIS s/ folha de pagamento	276	-
Cont. Sindical Empregados	366	2.373
Parcelamento INSS a Pagar	17.677	21.332
Provisão para encargos sociais sobre férias	10.105	14.524
Total	35.430	39.475

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2017	2016
		Não auditado
IRRF a Recolher- PF	-	88
IRRF a recolher – PJ	-	81
ISS Retido a Recolher-PF	121	113
ISS Retido a Recolher-PJ	456	1.672
PIS Retido a Recolher	-	8
COFINS Retido a Recolher	-	37
CSLL Retido a Recolher	-	12
IPTU a Pagar	296.534	176.820
Total	297.111	178.831

IPTU

O Instituto possui débitos a pagar de IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano, junto à Prefeitura Municipal de Corumbá. Esses débitos, são dos períodos de 2008, 2009, 2011, 2012, 2013 e 2014, pagos parcialmente. O Instituto não é proprietário do prédio que ele utilizada, porém, o acordo de cessão deste prédio pactuado com empresa privada, prevê como contrapartida da Instituição, o pagamento desse imposto (IPTU), portanto, a dívida pertence ao Instituto. Até 31 de dezembro de 2017, o débito total conforme extrato da Prefeitura Municipal de Corumbá, emitido pela Secretaria Municipal de Finanças e Gestão, é de R\$ 433.586, porém, o valor provisionado é de R\$ 296.534. Essa diferença entre provisão contábil e extrato da Secretaria de Finanças da Prefeitura, é decorrente do reconhecimento da dívida até o ano de 2014, período que o termo de cessão com essa obrigação estava vigente. Os exercícios seguintes, a administração da instituição não reconhece a obrigação.

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2017	2016
		Não auditado
Ajuda de Custo a Pagar-Voluntários	-	600
Devolução a Pagar	-	1.143
Cheques a Compensar	950	63
Total	950	1.806

14. RECURSOS DE CONVÊNIOS EM EXECUÇÃO

	2017	2016
PMC-Secretaria de Assistência Social 11/2016	-	496
PMC-Fundo de Investimento Social 004/2016	-	1.874
PMC-Fundo de Assistência Social 009/2017	26.834	-
Total	26.834	2.370

15. FORNECEDORES A PAGAR

	2017	2016
Confissão de dívida – Televisão Cidade Branca Ltda.	90.000	-
Total	90.000	-
Parcela do circulante	30.000	
Parcela do não circulante	60.000	

Se refere à Instrumento particular de confissão de dívida, pactuado entre Televisão Cidade Branca Ltda. (credora), e Instituto Moinho Cultural Sul-Americano.

O Moinho Cultural reconheceu que veiculou na emissora de televisão da credora, anúncios de comerciais nos meses de novembro e dezembro de 2014. Diante de dificuldades financeiras enfrentada pelo Moinho Cultural, não foi possível efetuar os pagamentos pelos serviços de veiculação dos anúncios, ficando pendente dívida total de R\$ 215.505.

Porém, a credora concedeu um desconto de R\$ 95.505, de forma que o Moinho Cultural pague a quantia de R\$ 120.000, ajustado da seguinte forma:

- a) R\$ 24.500 em 04 de julho de 2017;
- b) R\$ 5.500 em 07 de julho de 2017;
- c) R\$ 30.000 em 20 de março de 2018;
- d) R\$ 30.000 em 20 de março de 2019;
- e) R\$ 30.000 em 20 de março de 2020;

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências são estabelecidas pela Administração da Entidade, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, por valores considerados nas estimativas de perdas. Há três tipos principais de estimativas:

- (a) Provável - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer.
- (b) Possível - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota.
- (c) Remota - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena.

A Entidade não possui processos trabalhistas e Cíveis envolvendo riscos de eventuais perdas, portanto, não foi necessário constituir provisão para contingências.

16. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais

17. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Conforme Resolução 1.409 – ITG 2002 do Conselho Federal de Contabilidade - item 19, o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. De acordo com o Apêndice “A” desta Resolução, o trabalho voluntário deve ser tratado em receitas e despesas no mesmo valor, e não afetando o resultado final de superávit e ou déficit.

18. PATROCÍNIOS E CONVÊNIOS - Receitas

Patrocínio pessoa jurídica – com restrição

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades decorrentes	2017 R\$	2016 R\$
Fundação Vale	Assistência Social: "Proteger e preciso"	Executar as atividades em conformidades com as Políticas de atuação do Patrocinador; Disponibilizar recursos humanos, tecnologias e conhecimentos próprios; Prestar esclarecimentos e informações solicitadas; Apresentar relatórios p/ acompanhamento das atividades; Apresentar prestação de Contas técnica e financeira.	57.613	115.225
CIELO	Assistência Social: "Plano Anual 2018"	Executar todos os serviços de produção e realização do projeto, coordenando as atividades e providenciando os itens previstos necessários. Destinar os Recursos única e exclusivamente à execução do projeto. Facultar ao patrocinador acompanhamento das atividades a qualquer tempo.	600.000	300.000
Minerações Brasileiras Reunidas	Assistência Social: "Plano Anual 2018"	Utilizar os recursos financeiros exclusivamente de acordo com as ações do projeto. Encaminhar Relatório de Acompanhamento trimestral e relatório final com registros da realização das atividades e comprovante de entrega da prestação de contas até 60 dias após o encerramento do projeto; Permitir a fiscalização da execução do projeto a qualquer tempo.	825.000	711.415
			1.482.613	1.126.640

Convênios não governamentais – com restrição

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades decorrentes	2017 R\$	2016 R\$
Associação Brazil Foundation	Núcleo de tecnologia-Oficina Audiovisual	Aplicar os recursos nas atividades aprovadas constantes do Termo de Convênio. Apresentar Relatório técnico e financeiro parcial e final nas datas estabelecidas no Termo de Convênio. Manter registros contábeis em conformidade com a legislação brasileira.	41.638	-
Fundação Itaú Social	Assistência social	Aplicar os recursos em conformidade com o Plano de utilização de recursos construído em conjunto com o doador. Apresentar a qualquer tempo informações ou documentos ao doador.	500.000	-
			541.638	-

Convênios Governamentais – com restrição

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades decorrentes	2017 R\$	2016 R\$
Prefeitura Municipal de Corumbá-Secretaria de Assistência Social 11/2016	Assistência social	Aplicar os recursos nas atividades aprovadas constantes no Termo de Convênio. Prestar contas após o repasse das parcelas. Pagamento de taxas, encargos. Restituir o repasse em caso de não execução do projeto, não apresentação da prestação de contas dentro do prazo, utilização do recurso e atividade diversa da estabelecida.	9.098	393.961
Total			9.098	393.961

19. ISENÇÕES USUFRUÍDAS E RENÚNCIA FISCAL

	2017	2016
		Não auditado
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	124.438	-
Contribuição Social sobre Lucros	44.798	-
ISS	720	750
PIS sobre receitas	14.488	11.827
COFINS sobre receitas	66.867	54.585
Total	251.311	67.162

20. COBERTURA DE SEGUROS

A entidade possui seguro veicular.

Não possui seguro de imóveis e outros bens.